

Secretarias de Estado

Ministério da Justiça

ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores

PORTARIA DE 22 DE FEVEREIRO DE 1989

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão, pelas letras "a" e "b", do inciso I, do artigo 2º, da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986, e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 102 - Conceder prorrogação de prazo a empresa SELEN - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA BANCÁRIA LTDA no Estado de MINAS GERAIS, CGC nº 19.904.2007/0001-05, Processo MJ nº 8350-1882/88, de 08.06.88, especializada em prestação de serviços de vigilância para cursar e reciclar seus vigilantes segundo os termos da Portaria MJ-893, de 02 de dezembro de 1987, até o dia 08 de março de 1989.

KURT PESSEK

(Nº 71.751 - 07/04/89 - NCZ\$ 44,70)

PORTARIA DE 16 DE MARÇO DE 1989

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão pelo inciso III, do artigo 2º da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986 e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 196 - Conceder autorização para compra de armas e munições à empresa RONDA - SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CGC nº 16.330.409/0001-06, (Proc. MJ nº 08255-1371/89), especializada em prestação de serviços de vigilância, conforme Portaria MJ nº 939, de 28 de dezembro de 1988, em estabelecimento comercial no Estado da BAHIA. As armas nas quantidades abaixo mencionadas destinam-se ao uso exclusivamente em serviço pela empresa, limitado ao Estado da BAHIA, devendo o Departamento de Polícia Federal cumprir de plano as exigências contidas no artigo 54, do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983: 13 revólveres calibre 38 e 156 cartuchos calibre 38, de fabricação nacional.

KURT PESSEK

(Nº 71652 - 07/04/89 - NCZ\$ 52,15)

PORTARIAS DE 17 DE MARÇO DE 1989

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão, pelo inciso IV, do artigo 2º, da Portaria MJ nº 601, de 12.12.86 e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12.12.86, resolve:

Nº 184 - Punir no Estado de SÃO PAULO com base no art. 23 da Lei Federal 7.102, de 20.06.83, a empresa CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES "VIKING'S" S/C LTDA, (Proc. MJ nº 08500-21769/88), CGC nº 51.209.609/0001-06, com a multa de 40 (quarenta) vezes o Maior Valor de Referência vigente no País, por estar utilizando, na formação de Vigilantes, armas de terceiros, ministrando o curso com carga de tiros inferior ao exigido na Portaria 893/87, não haver comprovado a formação do vigilante MANOEL BATISTA DA SILVA. As armas da referida empresa deverão ser recolhidas ao SFP/ME, e a mesma advertida de que a reincidência em faltas dessa natureza poderá acarretar a aplicação das penalidades de "proibição temporária de funcionamento" ou "cancelamento do registro para funcionamento".

Nº 206 - Punir no Estado de São Paulo com base no art. 23, da Lei Federal nº 7.102, de 20/06/83, a empresa PROTEGE - PROTEÇÃO E TRANSPORTE DE VALORES S/C LTDA, com a multa de 20 (vinte) vezes o maior valor de referência vigente no País, por estar admitindo vigilante sem curso de formação.

KURT PESSEK

PORTARIAS DE 22 DE MARÇO DE 1989

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão pelo inciso IV, do Art. 2º da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986 e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 210 - Punir, no Estado de Goiás, com base no Art. 23, da Lei 7.102, de 20/06/83, a empresa WHITE - SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA com a multa de 40 (quarenta) vezes o Maior Valor de Referência vigente no País por utilizar o uniforme especial de seus vigilantes incompleto, sem crachá de identificação, e estar exercendo suas atividades com vigilantes despreparados, isto é, sem curso de formação de vigilantes.

Nº 212 -

1. Punir no Estado de GOIÁS, a ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES TIRADENTES LTDA, em 40 (quarenta) vezes o Maior Valor de Referência vigente no País, por ministrar o Curso de Formação de Vigilantes sem obedecer a carga horária prevista no currículo básico fixado pela Portaria MJ 893, de 02.12.87. A reincidência em faltas dessa natureza, poderá acarretar a "proibição temporária de funcionamento" ou "cancelamento do registro para funcionamento".

KURT PESSEK

PORTARIA DE 30 DE MARÇO DE 1989

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão pelo inciso IV, do Art. 2º da Portaria MJ nº 601, de 12.12.86 e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12.12.86, resolve:

Nº 220 - Punir, com a pena de advertência, no Estado de GOIÁS com base no artigo 23 da Lei 7.102/83, de 20/06/83, a empresa ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES TIRADENTES LTDA, CGC nº 03.720.968/0001-80, em curso de formação no Estado da BAHIA.

KURT PESSEK

(Ofs. nºs. 811, 813, 821, 822 e 896/89)

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 28 DE MARÇO DE 1989

O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o acolhimento unânime do voto exarado no Processo-MJ-Nº 002737/89-83, resolve alterar a 8ª norma da Resolução nº 04/84, pela seguinte redação:

8ª - Toda transferência de preso preenchidos os requisitos legais, é de interesse público, cabendo o ônus financeiro daí decorrente à responsabilidade das administrações penitenciárias envolvidas.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

RUY DA COSTA ANTUNES
Em exercício

(Of. nº 16/89)

ATA DA 152ª REUNIÃO (20.02.89) MANHÃ

As 10:00 do dia 20 de fevereiro de 1989 reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA na sala 308, do Edifício-Sede do Ministério da Justiça. **Conselheiros presentes:** RUY DA COSTA ANTUNES - Conselheiro Presidente em exercício; ANTONIO EVARISTO DE MORAES FILHO, ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, LUIZ ANTONIO GUIMARÃES MARREY, RENÉ ARIEL DOTTI, ROGÉRIO LAURIA TUCCI e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. **Ausências justificadas:** Conselheiros JOÃO BENEDICTO AZEVEDO MARQUES e NILZARDO CARNEIRO LEÃO. **Convidado presente:** Doutor ANTONIO LUIZ CALDERA RO TEIXEIRA - Secretário de Justiça e Segurança Pública/MJ. **I- Mortes de presos por asfixia** - Avaliando os graves acontecimentos ocorridos no 42º Distrito Policial do Estado de São Paulo e nos Sistemas Penitenciários dos Estados da Bahia e Mato Grosso, foi informado pelo Conselheiro LUIZ ANTONIO GUIMARÃES MARREY que a Procuradoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, com relação aos fatos acontecidos no mencionado 42º Distrito Policial da Capital, designou "três Promotores de Justiça para acompanhar o inquérito policial, o inquérito policial-militar e a sindicância instaurada pelo Juízo da Corregedoria de Presídios e Polícia Judiciária, tomando as providências cabíveis. O Ministério Público também propôs ações civis de indenização pelas famílias de diversos presos mortos". Pelo Conselheiro SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, foi sugerido "Recomendar às unidades federativas que busquem não manter recolhidos em Distritos Policiais presos processuais, já acusados; ou condenados e que, ainda, cuidem de se apressar para darem cumprimento à Lei de Execução Penal, fazendo integrar as Cadeias Públicas ao sistema de estabelecimentos penais (arts. 74 e 102-LFP)". Face ao exposto o Egrégio Conselho tomou as decisões que seguem: a) pelo acolhimento da sugestão do Conselheiro SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO e expedição de telex conforme o proposto; b) designação da Conselheira ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, para em São Paulo, acompanhar as diligências enviadas pelos órgãos responsáveis quanto ao assunto avaliado; c) designação do Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI, para em Salvador, adotar providências idênticas ao constante do item c, junto ao Sistema Penitenciário Baiano; d) designação do Conselheiro JOÃO BENEDICTO AZEVEDO MARQUES, para em Mato Grosso, também adotar providências idênticas ao constante do item c. **II- Anteprojeto de adaptação da Lei de Execução Penal à Constituição** - vista ao Conselheiro ROGÉRIO LAURIA TUCCI - VOTO: "Devidamente examinado este trabalho de adaptação da Lei de Execução Penal à nova Constituição Federal, e atendendo à relevância da matéria nele contida, proponho que, ao invés de sua discussão e votação imediatas, seja nomeada Comissão para estudá-la mais detidamente, a fim de apresentar parecer ou emenda substitutiva. É o meu voto preliminar, como tal submetido à elevada apreciação dos eminentes Senhores Conselheiros". **Decisão-CNECP:** pela aprovação unânime e designação dos Conselheiros ROGÉRIO LAURIA TUCCI, RENÉ ARIEL DOTTI e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, para, sob a presidência do primeiro, proceder a revisão do anteprojeto em apreço. **III- Processos e expedientes re-**